



**PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS
POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

1ª Edição - Mai 2018

ÍNDICE

	Página
1. Declaração de Compromisso	2
2. Enquadramento	2
2.1. Natureza Jurídica	2
2.2. Visão, Missão e Valores	2
3. Responsabilidade pelo Tratamento e Proteção dos Dados	3
4. Dados Pessoais	3
5. Titularidade dos Dados Pessoais	3
6. Categorias de Dados Pessoais	3
7. Fundamentos do Tratamento de Dados Pessoais	4
8. Finalidades do Tratamento de Dados Pessoais	5
9. Período de Conservação de Dados Pessoais	5
10. Direitos dos Titulares dos Dados	6
11. Transmissão de Dados	7
12. Legislação	7

1. Declaração de Compromisso

O CINFU - Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição, no contexto do desenvolvimento da sua missão e atribuições, procede ao tratamento de dados pessoais, pretendendo assegurar com rigor, eficácia e segurança a proteção de todos os dados que diariamente recolhe e trata.

Esta declaração de Política de Privacidade descreve o tratamento dos dados pessoais e a possibilidade do exercício dos direitos por parte do titular de dados pessoais submetidos a tratamento.

2. Enquadramento

2.1. Natureza Jurídica

O CINFU, criado por protocolo outorgado pelo IEPF (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e pela APF (Associação Portuguesa de Fundição), é *“...dotado de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e património próprio.”* (Portaria n.º 443/87 de 27 de maio), sendo classificado como Associação Pública.

2.2. Visão, Missão e Valores

Visão: ser a referência nacional no domínio da formação de técnicos para a indústria de fundição e afins.

Missão: contribuir para valorização do setor de fundição e afins, através da qualificação dos seus recursos humanos e da disponibilização de conhecimento e de serviços técnicos de valor acrescentado.

Valores:

- Ética, respeito, responsabilidade e verdade nas relações com clientes, fornecedores e comunidade em geral.
- Gestão comprometida, parcimoniosa e transparente dos dinheiros públicos.
- Proatividade com a comunidade, clientes, fornecedores e colaboradores.
- Flexibilidade, iniciativa, dinamismo e espírito de equipa.
- Proatividade na procura e partilha do conhecimento.

3. Responsabilidade pelo Tratamento e Proteção dos Dados

No âmbito das suas atividades e atribuições, o CINFU é responsável pela recolha e tratamento de dados pessoais, sendo uma parte significativa desses dados de recolha obrigatória por normativos legais e regulamentações no âmbito da formação profissional, os quais são processados e armazenados.

O CINFU é responsável pela proteção dos dados que lhe são disponibilizados, nomeadamente a monitorização da conformidade das atividades que envolvam o tratamento de dados com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

4. Dados Pessoais

São considerados dados pessoais, todas as informações de natureza diversa, recolhidas em qualquer tipo de suporte (informático, papel, registo fotográfico, vídeo ou biométrico), relativas a uma pessoa singular, identificada ou identificável. Considera-se identificável o conjunto de informações que podem levar à identificação de uma determinada pessoa, nomeadamente por referência a um identificador (número de identificação, dado de localização ou fotografia).

5. Titularidade dos Dados Pessoais

No âmbito da sua atividade, o CINFU recolhe e trata dados pessoais de:

- Formandos;
- Formadores ou outros prestadores de serviços;
- Colaboradores;
- Colaboradores de empresas clientes;
- Colaboradores de empresas prestadoras de serviços;
- Participantes em eventos promovidos pelo CINFU.

6. Categorias de Dados Pessoais

O CINFU apenas recolhe os dados que se mostrem adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para os quais são tratados ou os dados de recolha obrigatória pelos normativos legais e regulamentações no âmbito da formação profissional.

A recolha dos dados pode ser feita oralmente, por escrito (fichas de inscrição, formulários ou contratos), bem como através do *website* do CINFU (www.cinfu.pt). São apresentados, de seguida, os tipos de dados pessoais recolhidos para:

- a) Dados no âmbito da formação profissional:

- Dados de identificação constantes do CC (acresce os dados de identificação do CC do encarregado de educação em caso de formando menor);
- Dados de contacto (morada, a comprovar se necessário, nº telemóvel ou e-mail);
- Dados relativos ao percurso educativo, formativo e pessoal e situação profissional (certificado de habilitações, certificados de formação profissional, CV, documento comprovativo da situação face ao emprego, histórico da SS e/ou situação atual perante a SS);
- IBAN e documento bancário do próprio que prove a titularidade da conta;
- Fotografia;
- Imagens recolhidas através de sistemas de videovigilância.

b) Dados gerais:

- Nome;
- Dados de contacto (nº telemóvel ou e-mail).

7. Fundamentos do Tratamento de Dados Pessoais

Os dados recolhidos e tratados pelo CINFU são legitimados por:

- Consentimento: a recolha dos dados é precedida do consentimento expresso, específico e informado, em suporte escrito ou via *web*.
- Execução de contratos no âmbito da formação profissional: quando os dados e respetivo tratamento é indispensável para a execução de um contrato.
- Execução de contratos no âmbito de procedimentos concursais: quando os dados e respetivo tratamento é indispensável para de fornecimento de bens e/ou serviços ao CINFU, sempre que a Lei assim o exija.
- Cumprimento de obrigações legais: quando o tratamento é necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica, nomeadamente, a comunicação de dados junto de outros organismos públicos (nacionais e comunitários) ou de natureza fiscal ou judicial.

Sendo o CINFU um Centro de Formação Profissional encontra-se obrigado a cumprir os procedimentos inseridos na regulamentação específica da Formação Profissional, nomeadamente:

- A introdução dos dados relativos aos formandos nas plataformas internas (SGF, SIGA e SIGAP) e externas (SIGO, Passaporte Qualifica, Balcão 2020, IGCP e S3CP);
- A introdução dos dados relativos aos formadores nas plataformas internas (SGF, SIGA e SIGAP) e externas (SIGO, Balcão 2020, IGCP, e-contas, Base Gov, SSDireta, AT e S3CP);
- Disponibilizar os dados em situações de auditoria realizada por entidades nacionais ou comunitárias que envolvam apoios à Formação Profissional;

8. Finalidades do Tratamento de Dados Pessoais

Apenas serão recolhidos e processados pelo CINFU dados pessoais para fins específicos, explícitos e legítimos, destinando-se exclusivamente às finalidades expressamente identificadas no ato da recolha.

Os dados pessoais recolhidos pelo CINFU destinam-se a:

c) Dados no âmbito da formação profissional:

- Preenchimento dos dados requeridos pelas diferentes plataformas;
- Emissão de diplomas, certificados ou declarações;
- Emissão de apólices de seguro;
- Verificação e cumprimento das condições de atribuição de apoios sociais;
- Verificação e cumprimento das condições de pagamento a formadores;
- Necessidade de reporte a entidades financiadores no âmbito dos Programas de apoio à Formação Profissional;
- Fornecimento dos dados dos formandos às empresas acolhedoras da formação prática em contexto de trabalho.

d) Dados gerais:

- Envio, para os parceiros (clientes, fornecedores ou outros), de informação ou de resultados de trabalho efetuado pelo CINFU;
- Divulgação de eventos organizados pelo CINFU;
- Formação organizada pelo CINFU
- Divulgação da *newsletter* CINFU.
- Contratualização de fornecimentos e de prestação de serviços.

9. Período de Conservação de Dados Pessoais

O CINFU conserva os dados recolhidos pelo tempo determinado pela legislação específica que regulamenta a Formação Profissional, concretamente 10 anos, com exceção dos Diplomas ou Certificados de Formação Profissional que são de conservação vitalícia.

No caso dos projetos financiados por fundos comunitários, o prazo de 10 anos de conservação dos documentos é contado a partir da aprovação do saldo final.

Concretamente, no caso das imagens recolhidas através de sistemas de videovigilância, o período de conservação é de 30 dias.

Nos restantes casos, como seja o cumprimento de obrigações fiscais, os dados pessoais são conservados pelo prazo máximo de dez anos, salvo em caso de pendência de um processo judicial, ou outro, em que a necessidade de conservação dos dados seja justificada por período de tempo superior.

Findo o período obrigatório de conservação, o CINFU procede à eliminação dos dados em seu poder.

10. Direitos dos Titulares dos Dados

O titular dos dados pode, nos termos da legislação em vigor e a partir do momento em que fornece os seus dados, exercer, junto do CINFU, um conjunto de direitos:

- **Direito de Acesso:** direito que lhe permite obter informação relativamente ao tratamento dos seus dados e respetivas características (nomeadamente o tipo de dados, a finalidade do tratamento, a quem podem ser comunicados os seus dados, prazos de conservação e quais os dados que tem de fornecer obrigatória ou facultativamente).
- **Direito de Retificação:** direito que lhe permite solicitar a retificação dos seus dados, exigindo que estes sejam exatos e atuais, caso em que considere que os mesmos estão incompletos ou desatualizados.
- **Direito à Eliminação dos Dados ou “Direito a ser Esquecido”:** direito que lhe permite solicitar a eliminação dos dados, quando considere que não existem fundamentos válidos para a conservação dos mesmos e desde que não exista fundamento legal que legitime tal tratamento.
- **Direito à Limitação:** direito que lhe permite a suspensão ou a limitação do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades e desde que não exista fundamento legal que legitime tal tratamento.
- **Direito à Portabilidade:** direito através do qual poderá solicitar o envio dos dados, em formato digital e de uso corrente, que permita a reutilização de tais dados. Em alternativa, poderá solicitar a transmissão dos seus dados para outra entidade que passe a ser responsável pelo seu tratamento.
- **Direito de Oposição:** direito que permita ao titular opor-se a determinadas finalidades e desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses.
- **Direito de Retirar o Consentimento:** direito que permite ao titular retirar o seu consentimento, mas que apenas pode ser exercido quando o seu consentimento seja a única condição de legitimidade.

Os direitos acima descritos poderão ser exercidos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido escrito, a remeter ao CINFU, através do e-mail privacidade@cinfu.pt ou por correio dirigido ao EPD - CINFU - Rua Delfim Ferreira, 800 - 4100-199 Porto.

Na ausência de resposta do CINFU, o titular poderá apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

11. Transmissão de Dados

Atendendo às atribuições do CINFU, e dependendo da respetiva finalidade, os dados individuais recolhidos poderão ser partilhados com entidades terceiras, nas quais se incluem organismos públicos, organismos financiadores da Formação Profissional ou Seguradoras, determinados pelo cumprimento de obrigações legais, regulamentares ou contratuais.

Os dados poderão, ainda, ser acedidos, no CINFU, decorrentes de auditorias realizadas por organismos de verificação, no âmbito das suas competências reguladoras.

12. Legislação

O tratamento de dados de carácter pessoal dos trabalhadores, formandos, formadores, clientes ou outros que com o CINFU se relacionem, assim como o envio de informações por meios eletrónicos, estão em conformidade com a legislação nacional e comunitária em vigor, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados.